

A situação dos parlamentares de Pernambuco inocentados pela CPI e de membros do Governo e representantes de empresas privadas envolvidos na destinação irregular ou mau uso de recursos federais, conforme relatório do deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP):

Economista José Carlos Alves dos Santos — Ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento e ex-diretor do Departamento de Orçamento da União no governo Collor está preso desde outubro de 1993 sob suspeita de ter assassinado a própria mulher, Ana Elizabeth Lofrano dos Santos. Durante os interrogatórios, confessou ter recebido vantagens indevidas por ter ajudado parlamentares a fraudar o Orçamento, sob instruções diretas dos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e João Alves (sem partido-BA). Nas buscas, a polícia encontrou cerca de US\$ 1,5 milhão escondidos em sua residência, na Asa Sul de Brasília. A revelação dos nomes envolvidos na máfia do Orçamento foi o fato gerador da CPI. O relatório conclui que José Carlos cometeu, com o concurso de outras pessoas, os crimes de corrupção passiva, enriquecimento ilícito e usurpação dolosa de função pública. As provas produzidas pela CPI serão anexadas aos processos criminais abertos contra ele ou em fase de abertura na Justiça de Brasília.

Normando Leite Cavalcanti (dono da empresa de consultoria Seval) — Atuava como lobista nos ministérios em defesa de interesses de prefeituras, recebendo comissão pelos serviços. Em depoimento à CPI, reconheceu manter relacionamento com os deputados João Alves (sem partido-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Durante as investigações foram apreendidos documentos altamente incriminadores na sede da empresa, inclusive papéis assinados em branco por autoridades que se utilizavam dos serviços de intermediação da Seval. As provas produzidas na CPI serão remetidas ao Ministério Público para serem anexadas aos processos abertos ou em fase de abertura contra o empresário.

Manoel Ailton Soares Reis (executivo da Odebrecht) — Gerenciava interesses políticos da empreiteira em Brasília. A CPI apurou que ele montou um esquema de acompanhamento da tramitação de emendas no Congresso e a consequente liberação de verbas. Sobre os nomes de parlamentares em documentos encontrados na sua residência, explicou que se tratava de "processo de avaliação dos nomes e das respectivas pretensões políticas, com vistas às colaborações de campanha". Cometeu perjúrio no depoimento e negou-se a revelar a verdadeira identidade do "tio" e do "pai", citados em documentos sobre liberação de verbas federais e pagamento de propinas. O relatório sugere a remessa dos documentos apreendidos e das provas produzidas ao Ministério Público, e que Reis seja processado por perjúrio e corrupção ativa.

Walter Annichino (ex-secretário Nacional de Saneamento no governo Collor) — Gerenciador de um orçamento anual de US\$ 1,8 bilhão, foi investigado pela CPI sob a suspeita de vínculo com a máfia da Comissão de Orçamento, que "carimbava" a aplicação de recursos da sua secretaria. Não explicou a origem de diversos depósitos em espécie feitos em sua conta e deixou de declarar à Receita vários bens adquiridos entre 1989 e 1992, inclusive dois edifícios e imóveis em São Paulo. Sócio da empresa Stengil, de assessoria técnica, que atuou em programas desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Saneamento, recebeu de rendimentos, em 1992, entre US\$ 500 e 700 mil, a título de distribuição de lucros, os quais repassou a outra empresa de sua propriedade, a Vima SA. Em face dos indícios de irregularidades apurados, o relatório recomenda o en-



Margarida passou tudo para o marido, que será investigado

caminhamento dos documentos e provas produzidos ao Ministério Público.

Ramon Arnus Filho (ex-secretário Nacional de Habitação no governo Collor) — Citado por José Carlos Alves dos Santos como participante do esquema de corrupção no Orçamento, não explicou a origem da elevada movimentação bancária que teve no exercício do cargo. Embora fosse o responsável terminal pelas aplicações federais na área de habitação, atribuiu à Caixa Econômica a culpa pelo prejuízo de US\$ 500 milhões na construção superfaturada de unidades habitacionais financiadas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Reconheceu sua participação acionária nas empresas "Quagro Mercantil Importação e Exportação", "Rade Marketing Avançado" e "Piaze Cia. Industrial", mas não especificou os rendimentos auferidos no período investigado. Admitiu como diretora de Controle de Projetos, "por critério técnico", a servidora Célia Abdala, em cuja conta bancária foram localizados cheques emitidos pelo deputado João Alves. Ramon atribuiu a responsabilidade por todos os atos da secretaria à ex-ministra da Ação Social, Margarida Procópio, que muitas vezes tomava decisões da área sem consultá-lo. A inconsistência das explicações e as contradições verificadas levaram a CPI a recomendar a remessa do caso à apreciação do Ministério Público.

Margarida Procópio (ex-ministra da Ação Social no governo Collor) — Investigada anteriormente sob suspeita de envolvimento com o Esquema PC, teve o nome encontrado no material apreendido na residência de Ailton Reis, diretor da Odebrecht. Um dos documentos registrava a presença de Margarida, com outras autoridades, em reunião na residência de Reis. A CPI encontrou várias "cartas-padrão" ou "ofícios de priorização" enviados pela Odebrecht à então ministra, em nome de prefeituras e governos estaduais. Em depoimento, confessou que recebia listas de entidades que deveriam receber subvenções diretamente de parlamentares da Comissão de Orçamento e que manteve no ministério as práticas já existentes quando assu-

miu, atendendo orientação da funcionária Iolanda Brasil, contato do deputado João Alves na pasta. Admitiu, também, ter delegado irregularmente funções de sua competência à Caixa Econômica. A CPI não pôde analisar a variação patrimonial de Margarida, nem sua movimentação bancária, porque ela transferia tudo que recebia ao marido, Januário Procópio, que não teve o sigilo bancário quebrado. Diante disso, o relatório sugere a continuidade das investigações, com quebra do sigilo bancário de Januário, e o envio dos elementos já levantados ao Ministério Público para providências cabíveis.

Carlos Chiarelli (ex-senador e ex-ministro da Educação no governo Collor) — Citado por José Carlos Alves dos Santos, teve as contas devassadas e a CPI encontrou irregularidades nas declarações de renda de 1990, quando assumiu o cargo, até 1992, quando deixou o governo, por não ter registrado alterações de patrimônio. Mas as investigações constataram que os rendimentos declarados por ele são inteiramente compatíveis com sua movimentação financeira. Apesar disso, ficou provado que Chiarelli praticou exploração de prestígio em favor da empresa Engeconsult, dirigida por Mário Calheiros, irmão da sua mulher, Heloisa Calheiros, nomeada superintendente da LBA em Porto Alegre quando ele era ministro e só recentemente destituído. Conforme inquérito da Polícia Federal, a Engeconsult era uma empresa de fachada criada unicamente para desviar recursos da LBA. O relatório sugere o envio dos elementos levantados ao Ministério Público.

Henrique Hargreaves (ex-ministro da Casa Civil do governo Itamar) — Citado por José Carlos Alves dos Santos como integrante do esquema de corrupção do Orçamento, foi investigado pela CPI e teve o sigilo bancário quebrado. O depoimento que prestou e as investigações, porém, demonstraram a improcedência das acusações, segundo o relatório de Rollemberg. Embora concluindo pela inexistência de irregularidades, o relatório sugere o encaminhamento de toda a documentação patrimonial e fiscal à Receita Federal.

Arquivo



Inocentado na CPI, Hargreaves vai encarar a Receita